

SOCIEDADE

“Muito mais famílias tiveram escravos.” Mas não se fala disso

Francisco Sousa diz-se “afro-beneficiário”. A sua família teve escravizados. Choca-o isso ser silenciado. Para o antropólogo António Tomás falta fazer este debate. Portugal ainda está “em negação”, diz Grada Kilomba

Racismo à Portuguesa VI Joana Gorjão Henriques

Nos baús das famílias podem estar segredos escondidos. Quando Francisco Sousa, 34 anos, viu o arquivo familiar, andou duas semanas em estado de choque. Foi por acaso que se cruzou com uma lista do século XVIII com nomes de pessoas escravizadas, com o valor à frente, segundo a capacidade de trabalho. Tinham pertencido à sua família.

Num país, Portugal, que foi o maior traficante no comércio transatlântico de pessoas escravizadas – mais de metade dos 12 milhões estimados em termos globais –, a família de Francisco não é obviamente caso único.

“Sempre ouvi falar, como todos os portugueses, da fábula dos Descobrimientos. E tenho isso perto da família. Do lado da minha mãe, o meu trisavô tinha uma roça em São Tomé e Príncipe. Depois conheci pessoas em Cabo Verde que trabalharam nas roças em São Tomé e estiveram próximo da escravatura. Mas nunca ninguém falou disso”, diz. “Nem na minha família, nem nas outras se fala.”

Agora com um projecto próprio independente, há quem conheça Francisco Sousa como o co-fundador dos Celeste/Mariposa, grupo DJ e editora de música ao qual esteve ligado durante oito anos. Com mestrado em Biotecnologia Vegetal, tornou-se especialista em música dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e hoje tem a sua produtora, Fininho Sousa: escolhe bandas, ensaia e lança-as no estrangeiro.

“Choca-o” que dentro da sua família, e de outras, “ter tido” pessoas escravizadas possa ser visto “como um pormenor, como se fosse irrelevante”. É dar “uma leveza” a algo “que nunca pode ser leve”, prossegue na sala do seu apartamento na Madragoa, em Lisboa, onde há livros de pensadores africanos sobre o colonialismo empilhados no chão.

Ele quer vincar: a crítica não é a de alguém a confrontar publicamente a família. Está em paz. “Há muito

mais famílias que tiveram escravos”, diz. “Não estou a denunciar. Todas as famílias que beneficiaram deveriam falar disto.” A questão é que a forma de lidar com este passado é transversal a tantas outras famílias, alimentada pela “propaganda” que existe em Portugal, nota. “Como é que se consegue perpetuar um mito?” A maioria aprende a lidar com estas coisas de “forma irracional”, ou seja, “tolera” o que em outras circunstâncias não toleraria.

A história de Portugal, contada por portugueses, “é uma canção de embalar”. “A diferença entre o que se fala do colonialismo e o que realmente foi é assustadora. Quando começa a perceber a dimensão e a compará-lo com outros acontecimentos como o Holocausto, mas depois vais às festas dos santos populares e ouves a música ‘Já fui ao Brasil (...) Goa e Macau (...), já fui um conquistador’, dá-se um curto-circuito”, nota.

Porque a nossa “auto-estima” como país “está muito agarrada ao orgulho” do período da Expansão.

Questiona: “Esses ‘Descobrimientos’ acabam a partir do momento em que os portugueses chegam à costa africana e começam a matar pessoas para fazer negócio. Qual o problema de contar essa história?”

“Afro-beneficiário”

Além de livros, há discos vinil espalhados pela sala, cassetes, CD novos acabados de editar. Foi neste percurso de descoberta da música de raiz africana que Francisco Sousa se deu conta de

que era preciso conhecer outra versão da História que não lhe era ensinada em profundidade nem na família, na escola. Hoje diz-se “afro-beneficiário”. “É uma questão delicada na minha família e em todas as que beneficiaram dos privilégios, porque existe uma narrativa homogénea.”

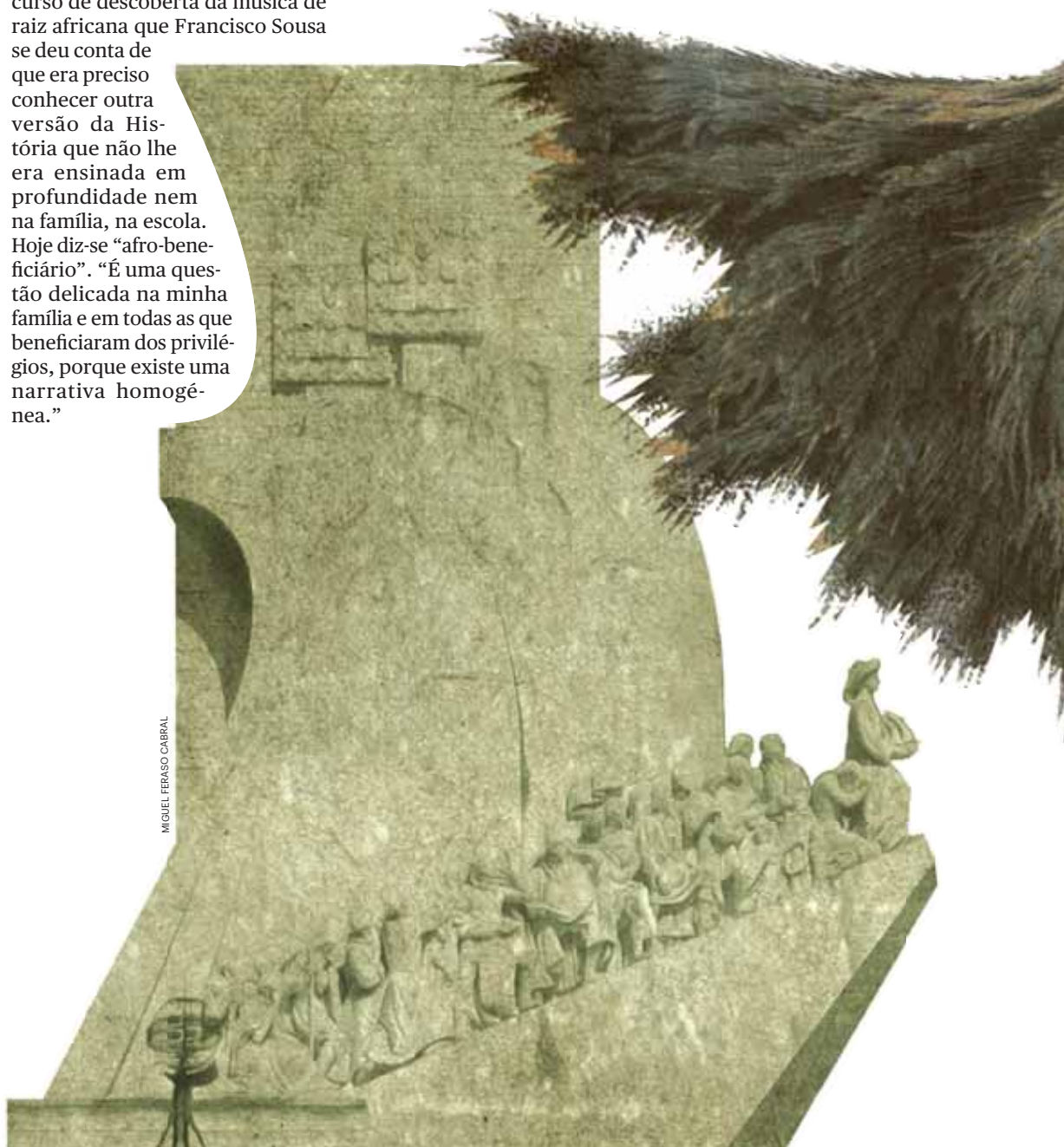
É também difícil reconhecer que, famílias com as características da dele, que têm poder, “têm-no em grande parte por causa da exploração”. Ou seja, no período da escravatura e da colonização “houve alguém que chegou aos países, tirou direitos às pessoas, arrancou-lhes a terra, tornou-as coisas e não lhes pagava”. Foi o que em Portugal e em países europeus “deu margem

de lucro para construir a riqueza” que dura até hoje.

“Se essa riqueza consegue ser identificada, então isto tem de ser discutido. É mais do que sabido que o contexto em que se nasce é absolutamente decisivo. Reconheço esse privilégio, aliás, eu estou a beneficiar dele – e o maior benefício foi a educação que tive, em boas universidades. Isto é um grande tabu.” Mas as

“Sou afro-beneficiário. É uma questão delicada na minha família e em todas as que beneficiaram dos privilégios, porque existe uma narrativa homogénea”

Francisco Sousa
Produtor e editor de música



MIGUEL FERASO CABRAL



Francisco Sousa encontrou a lista de pessoas escravizadas no arquivo da família. Grada Kilomba sentiu que os espaços estavam “bloqueados” para os negros e saiu de Portugal



MÁRIO LOPES PEREIRA



FREDERICO BATISTA

“passado não temos nada que ver”. É o resultado da “despolitização” que Portugal faz tanto da colonização quanto da descolonização.

Das entrevistas ressalta “a presença de algum espírito de colonialidade na Europa”. “O processo de descolonização cultural demora muito tempo. É preciso descolonizar a figura do ex-colonizador e do ex-colonizado, e isso vê-se nas relações institucionais”, afirma.

No fundo, diz António Tomás, antropólogo que viveu em Lisboa durante anos, mas que a determinada altura teve de sair para se doutorar na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, o problema é que “Portugal não tomou responsabilidade sobre o que se passou. Não houve um debate sobre os efeitos do colonialismo”, sublinha. E isso tem os seus efeitos.

Posto de outra forma, segundo a artista Grada Kilomba, que vive em Berlim e tem trabalhado amplamente sobre o tema: continuamos a alimen-

“

[O racismo] é um processo psicológico que passa de negação a culpa, de culpa a vergonha, de vergonha a reconhecimento e de reconhecimento a reparação. Não passámos da negação

Grada Kilomba
Artista

tar-nos de um passado romântico, sem o associar com “a culpa, vergonha, genocídio, exclusão, marginalização, exploração, desumanização”. O que a leva a concluir: “Ainda não passámos da negação. [O racismo] tem que ver com um processo psicológico que passa de negação a culpa, de culpa a vergonha, de vergonha a reconhecimento e de reconhecimento a reparação. Quando estou em Portugal sinto que estamos completamente na negação.”

Ao mesmo tempo, a história colonial e pós-colonial está tão omnipresente na sua vida quotidiana, “nas coisas mais banais do dia-a-dia”, que é inevitável trabalhar sobre isso, diz a artista.

Porém, é essa história colonial que mantém a normatividade, lembra. “Ainda somos confrontados com esta lógica de continuidade colonial: os mesmos corpos marginalizados ficam à margem.”

Isso tem de ser radicalmente alterado, e só acontecerá quando quem

está agora à margem chegar a posições de poder, defende. “Só assim podemos descolonizar. É uma transformação colectiva.”

O mais urgente de descolonizar em Portugal? “O mais urgente é tudo”, responde a também autora de *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. “Portugal é um país extremamente ambivalente. Ao mesmo tempo que as pessoas são simpáticas e acolhedoras, têm um racismo latente brutal. Lidar com estas duas medidas é muito difícil.”

António Tomás também o nota: não há um racismo de ódio, mas um racismo “paternalista e de inferiorização” dos negros, do “branco que é o patriarca e dos negros que são escravos”.

A viver fora de Portugal há anos, reconhecida internacionalmente, a portuguesa Grada Kilomba sente que os artistas e intelectuais negros que têm uma abordagem mais crítica à história colonial não têm tido espaço em Portugal. “Somos muitos em →

As pessoas não querem falar disso, e vestem uma capa de “protecção”.

Não falar. Esconder ou silenciar. Há, de facto, uma história que não é olhada de frente. Depois de fazer dezenas de entrevistas para *Memoirs – Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias*, um projecto do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, a coordenadora Margarida Calafate Ribeiro refere o silêncio como a nota dominante. O *Memoirs* estuda as heranças coloniais a partir das segundas e terceiras gerações em Portugal, França e Bélgica.

A investigadora falou com pessoas nascidas entre 1960 e 1980 e notou “um certo silêncio melancólico e de luto pela descolonização”.

Outro dado que considera “grave”: tanto à esquerda quanto à direita, “Continuamos a achar que a questão colonial não nos diz respeito.” Vinga a concepção de que quanto ao

SOCIEDADE



Acompanhe este tema em
publico.pt/racismo-a-portuguesa

A série *Racismo à Portuguesa* termina hoje. Ao longo de seis semanas, publicámos vários artigos e vídeos sobre como se manifestam as desigualdades raciais em

Portugal em diversas áreas, da habitação, ao emprego ou à educação. Falámos com procuradores, advogados, professores, activistas, investigadores, artistas. Analisámos estatísticas,

recolhemos testemunhos de quem se sente vítima de diversas formas de racismo, cerca de 50 pessoas de várias classes sociais. Pode ver todo o trabalho compilado no site

termos demográficos mas percebi que os espaços estavam bloqueados”, diz. É essa ausência de espaços em Portugal para os intelectuais negros se desenvolverem que António Tomás também sublinha. “Nunca seria um professor universitário em Portugal” – apesar de ter dado aulas em França e de agora dar aulas no African Centre for Cities, da Universidade da Cidade do Cabo. “O intelectual negro só está autorizado a falar sobre certas questões. Há um gueto intelectual, não há espaço para que os negros cresçam e se pronunciem e falem de outras questões que não sejam sobre as suas questões.”

O que nos leva ao privilégio branco, sobre o qual Grada Kilomba tem reflectido: “Quando falamos de branquitude, estamos a falar de entidades e de estruturas políticas, não de uma pessoa que é boa ou má.” Ou seja, “não tem que ver com moral”. Tem que ver com o facto de, “por questões históricas, sociais e políticas” haver um grupo de pessoas com “acesso a privilégios”.

Porque, explica: “Há um privilégio branco que eu não tenho como mulher negra. Uma mulher branca tem acesso a estruturas, a uma representação, a uma voz que eu não tenho. Quando abro o jornal, não me vejo representada, entro num supermercado e não vejo as minhas crianças nos champôs. Sou constantemente confrontada com uma imagem que não é a minha e com a falta de representação. É um privilégio ser representado.”

Trata-se, no fundo, de encarar esta realidade com responsabilidade: “Quer dizer que estamos a fazer escolhas: como decidimos e como transformamos espaços para que, quem foi historicamente excluído, tenha o mesmo acesso.”

Francisco Sousa tem estado a reflectir sobre estas questões e aceita expor a história da família, porque acredita que ela simboliza algo mais abrangente e mais profundo. Acha também que é preciso, por isso, fazer “uma retribuição”. Olha para o trabalho que desenvolve com músicos africanos como uma forma de “devolver” à sociedade. Mas há muitas mais: “Se querem viver numa sociedade igualitária, por que é que as pessoas têm medo de quotas para negros, por exemplo?”

jgh@publico.pt

Nem o 25 de Abril derrubou o mito do bom colonizador

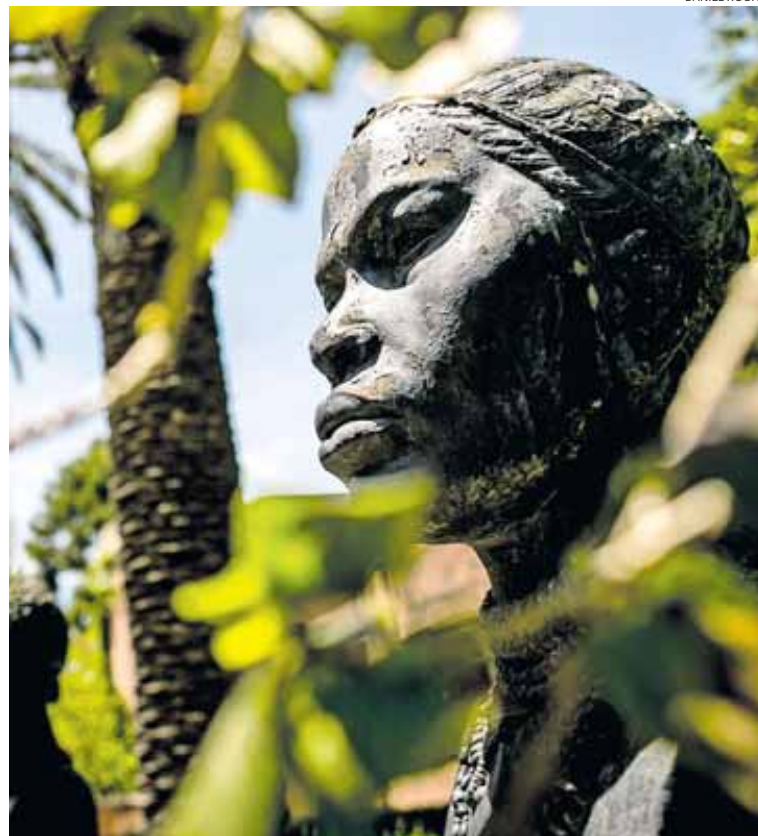
Joana Gorjão Henriques

Metemos o racismo, a escravatura e o colonialismo debaixo da cama. Descolonizar “não é uma metáfora”

O colonialismo moderno faz parte da construção do Ocidente, tal como o cristianismo ou a ideia do Estado-nação, lembra Miguel Vale de Almeida. E o que o colonialismo constrói é “um mundo dividido” entre o Estado-nação europeu e colónias, estas “definidas pela raça”: interessa aos colonizadores a conquista do território, extrair as mais-valias do ponto de vista económico e usar as pessoas como mão-de-obra, primeiro através da escravatura, depois do trabalho forçado, analisa o antropólogo que tem investigado este tema.

Fazem-no recorrendo à ciência para justificar que há “uma razão natural, física, constitucional” para que os colonizados não tenham direitos, nem cidadania.

Pelo seu carácter semiperiférico, Portugal, um país pobre e dependente do Reino Unido, precisou de “se adaptar de formas mais ginásticas” enquanto um colonizador “de segunda categoria”. Por isso, prossegue Vale de Almeida, “em vez de levar até ao fim a teoria da diferença racial em absoluto, pensou em termos de discriminação de estatutos, mas ‘permitindo’ que alguns dos colonizados transitassem para o poder, criando micro-sociedades crioulas, intermediárias, pessoas que se assimilam”. Esta é uma das suas especificidades. A outra é o facto de, no século XX, o colonialismo operar em ditadura, o que “aumentou” a sua “capacidade de construir ideologia”. Sob pressão internacional, para dar uma melhor imagem de si próprio, o Estado Novo pega nas ideias luso-tropicalistas de Gilberto Freyre e adapta-as à experiência portuguesa em África (defendendo assim uma especial inclinação



O luso-tropicalismo vinga durante o Estado Novo

portuguesa para a miscigenação e adaptação às comunidades locais), “quando na verdade o racismo estrutural era brutal”.

Autora de obras sobre a presença africana em Portugal, a historiadora Isabel Castro Henriques continua: a ideologia colonial que marcou a primeira metade do século XX assenta em mitos como “a superioridade do homem branco sobre o homem negro”, a missão civilizadora dos portugueses, a crença de que os portugueses foram os primeiros a descobrir o mundo e que estiveram 500 anos em África. A isto junta-se também o mito “de que não há racismo em Portugal e nos portugueses”.

Ideologia atravessa elites

Estas ideias forjam a ideologia colonial e seriam depois amplamente difundidas no ensino, em estudos aca-

démicos ou em grandes exposições. “Há até pensadores anti-salazaristas que são profundamente colonialistas, ou seja, isto atravessa toda a sociedade, mesmo a nível das elites.”

Chegando ao 25 de Abril, acrescenta Miguel Vale de Almeida, não há um “processo de verdade e reconciliação”, e os sucessivos governos optam por defender que “tivemos um colonialismo universalista e de contacto entre culturas”. Por outro lado, constrói-se “a ideia de lusofonia”. “São duas estratégias extremamente perigosas porque simpáticas. Metemos o racismo, a escravatura, a violência e o colonialismo debaixo da cama.”

No fundo, ainda hoje somos “vítimas da ilusão da excepcionalidade portuguesa”, sublinha. Na prática, “não abolimos a Constituição colonial” e continuamos a achar que

“existe um tipo de cidadão português, que é implicitamente representado como branco, depois existem indígenas, que não pertencem cá, não devem ter cidadania, e os assimilados, capazes de se comportar segundo os padrões de uma classe média branca”.

Descolonizar não é metáfora

É isto que sobressalta na forma como “se gerem” os imigrantes em Portugal, por exemplo, pois as relações ainda são de subalternidade, de discriminação, “passando obviamente pela questão racial”, considera, por outro lado, Iolanda Évora, investigadora do Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). “Os imigrantes são vistos como uma população para ser gerida, e isso leva, por vezes, à ideia do indigenato.” Ou seja, as pessoas “nunca mais deixam de ser provisórias, vivendo aqui há 40 anos, mas continuando a ser vistas como migrantes”, explica. “A tendência deveria ser desaparecerem como tal e passarem a ser cidadãos iguais aos outros.”

O problema é que não há em Portugal uma verdadeira consciência do colonialismo: ela está limitada a elites culturais e académicas e “tem de se estender” a outras esferas da sociedade, completa Pedro Schacht Pereira, professor na Ohio State University, que fez investigação sobre a matéria. “O colonialismo terminou para as ex-colónias, mas mantém-se em Portugal ao nível do discurso.”

A necessidade de descolonizar Portugal não é mesmo uma metáfora, termina Flávio Almada, tradutor, mestrando em Estudos Internacionais no ISCTE, activista. “Não chega mudar o nome de ruas. O racismo tem impacto na vida das pessoas. Nós temos uma pergunta para os académicos: o que estão a fazer para alterar a situação, onde está o vosso papel de agentes que podem apresentar ferramentas para transformar?”